



20429 - Gestão compartilhada de mercados para a agricultura familiar

Joint management of markets to the family agriculture

SIQUEIRA, Haloycio Miguel de¹; CARNEIRO, Joana Junqueira²; FALCE, Bárbara de Oliveira³; FERNANDES, Maria Aparecida⁴; BIANCARDI, Caio César Soares⁵; RODRIGUES, Rafael⁶

1 Universidade Federal do Espírito Santo, haloycio.siqueira@ufes.br; 2 Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, joana.carneiro@incaper.es.gov.br; 3 Profissional autônoma (bolsista FAPES/UFES), barbarafalce@gmail.com; 4 Profissional autônoma (bolsista FAPES/UFES), m_aparecidafernandes@hotmail.com; 5 Universidade Federal do Espírito Santo, caio.biancardi@hotmail.com; 6 Universidade Federal do Espírito Santo, rafaeleafcol@hotmail.com

Resumo:

Esse relato contém experiências de um projeto que apoia melhorias na comercialização de alimentos de agricultores familiares em Alegre, Espírito Santo, na feira municipal e nos mercados institucionais (PAA e PNAE). Uma das conquistas foi a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre como protagonista na gestão dos mercados institucionais. Quanto ao PNAE, ocorreram avanços entre 2013 e 2014, com aumentos no valor aplicado, número de agricultores e variedade de alimentos. Sobre o PAA, existem dificuldades burocráticas e algumas exigências que dificultam o progresso do programa. Quanto à feira, foi onde menos se avançou. Apesar da contribuição do projeto na sensibilização e na mobilização dos agricultores familiares, é necessária uma atuação mais autônoma e dinâmica dos mesmos quanto aos mercados em questão.

Palavras-chave: Comercialização de alimentos; agricultores familiares; organização social.

Abstract: This work contains experiences of a project that supports improvement in food commercialization from family farmers of Alegre, Espírito Santo in the municipal farmer's market and in institutional markets (PAA and PNAE). One of the achievements was the performance of the Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre, as protagonist in the management of the institutional markets. About PNAE, there are achievements between 2013 and 2014, with the increase on the applied value, numbers of farmers and food variety. About PAA, there are bureaucratic difficulties and some requirements that make the program's progress hard. About the farmer's market, there were smaller advances. Despite the project contribution on the family farmers awareness and mobilization, it's necessary the farmers more autonomous and dynamic role in the referred markets.

Keywords: Food commercialization; family farmers; social organization.

Contexto

O presente relato traz experiências de um projeto de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que apoia agricultores familiares de Alegre, município localizado no Território da Cidadania do Caparaó Capixaba. O projeto visa a melhoria da inserção de agricultores familiares na feira municipal e nos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE). O projeto é intitulado "Promovendo a comercialização solidária dos agricultores familiares de Alegre-ES" e atua desde agosto de 2011, contando com a parceria, principalmente, do



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre e do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER (a partir de 2013).

Historicamente, a comercialização se apresenta como um grande entrave ao desenvolvimento da agricultura familiar, devido em parte à dependência de terceiros que, segundo Von der Weid (2001), quando atuam em pequeno número na cadeia de intermediação podem impor preços desfavoráveis aos agricultores. Felizmente, é reconhecido que tal cenário vem sofrendo mudanças, como a conquista de espaço da agricultura familiar nas políticas públicas e os esforços direcionados à comercialização justa e solidária. Tal forma de comercialização, apoiada pelo projeto, busca seguir os princípios da transparência, pagamento de preço justo, corresponsabilidade, relação de longo prazo, respeito ao meio ambiente e dignidade do trabalho (Fairtrade Labelling Organizations International, 2006). As linhas de ação do referido projeto, que englobam os mercados da feira, PAA e PNAE, não se apresentam apenas como alternativa de geração de renda, mas também como mecanismos de inclusão social da agricultura familiar e, no caso dos mercados institucionais, há ainda a contribuição para a segurança alimentar e nutricional dos grupos beneficiados.

A feira municipal do produtor rural é destaque como local de venda direta de produtos oriundos da agricultura familiar de Alegre, sendo também um importante espaço de integração social, com estreitamento das relações entre produtores e consumidores e troca de conhecimentos entre os agricultores. Porém, tal local necessita ainda de melhorias infraestruturais, como cercamento e cobertura, e poderia haver maior organização social dos feirantes, assim como melhorias dos produtos ofertados, tanto em termos de qualidade quanto de diversidade.

Os programas governamentais PAA e PNAE fazem parte da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e estão presentes em Alegre desde 2007 e 2010, respectivamente. Lançado em 2003, o PAA apresenta duas funções: a garantia de comercialização da produção familiar e a segurança alimentar de grupos em situação de risco (DELGADO et al., 2005). Também é importante como meio de fortalecimento das organizações sociais de agricultores familiares e de incentivo à produção agroecológica e orgânica de alimentos (GRISA et al., 2011). Em Alegre, o PAA é praticado por meio da modalidade 'compra com doação simultânea', na qual há aquisição de alimentos de agricultores familiares, engajados em organizações fornecedoras, com doação às unidades receptoras (entidades assistenciais como o hospital público e os abrigos de crianças desamparadas).

No caso do PNAE, que foi reformulado em 2009 (Lei Federal 11.947), o objetivo central é o atendimento da alimentação adequada à educação básica, sendo que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para este fim, às Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação, devem ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar, de empreendedor familiar rural ou de suas associações. Também existe a prioridade de aquisição de produtos orgânicos e/ou agroecológicos, devendo ser respeitada a exigência da certificação.

Descrição da experiência

A metodologia utilizada pelo projeto se baseia no princípio da gestão compartilhada da comercialização solidária. Por meio dela, as associações dos agricultores familiares assumiriam o seu papel de principais agentes para melhorar o acesso aos mercados, com base na iniciativa e no esforço conjunto dos próprios associados. No caso das feiras municipais e dos mercados institucionais, a gestão deve ser compartilhada com o poder público. Também podem buscar o apoio de entidades parceiras, porém, é preciso sempre preservar a autonomia dos agricultores familiares. Essa metodologia engloba ações de planejamento e avaliação, capacitação e assessoria/apoio à gestão da comercialização. Por

enquanto, a gestão compartilhada foi assumida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre, representando as referidas associações, com o incentivo e apoio do projeto.

A primeira fase de capacitação envolveu três seminários, com os temas: “economia solidária”, “soberania e segurança alimentar e nutricional” e “gestão da comercialização”. Este último foi marcante, pois possibilitou uma rica discussão sobre a importância e as possibilidades da gestão compartilhada nos mercados institucionais. Tanto a capacitação como o intenso diálogo paralelo com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foram decisivos para que ele assumisse a liderança da gestão compartilhada. Além disso, essa questão passou a fazer parte, muitas vezes, da pauta das reuniões mensais da Rede da Agricultura Familiar de Alegre, das quais participam representantes de várias associações rurais e do Sindicato. E a equipe do projeto esteve sempre presente.

Em termos de assessoria e apoio, estão incluídas as seguintes atividades: negociação com o poder público; elaboração e tramitação dos projetos de comercialização (PAA/PNAE); levantamento de demanda de alimentos das entidades assistenciais (PAA) e controle da oferta de cada alimento nesse mercado; levantamento dos custos de produção e comercialização dos alimentos e dos preços no varejo (PNAE); monitoramento e balanço da situação dos mercados do PAA e do PNAE; e o diálogo permanente com os conselhos de controle social dessas políticas públicas (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Assistência Social).

Quanto ao PAA:

De 2007 (ano inicial) até julho/2013, a gestão básica do PAA em Alegre era feita pela Prefeitura, sendo que o programa era bem visto pelos agricultores. No entanto, recentes alterações nas normas do PAA causaram insatisfação e desânimo entre os agricultores, dificultando muito o envio de novas propostas de venda, agora contando com a coordenação e apoio do Sindicato.

Uma das exigências, que impactou diretamente os grupos de mulheres agricultoras, foi a restrição à compra de panificados, pois ficou estabelecido que 70% da matéria-prima seja de produção da agricultura familiar local. Diversos grupos de mulheres que trabalham em regime solidário em cozinhas comunitárias, que foram adequadas às exigências da vigilância sanitária com muito esforço e investimento, viram suas propostas serem recusadas, pois o trigo, tido como ingrediente básico nos pães, não é produzido no Espírito Santo. Outra exigência foi que as associações candidatas tenham 40% do seu quadro social composto por mulheres. Tais exigências repentinas, apesar de justificáveis, denotam um radicalismo burocrático e excludente. Sugere-se que seja adotado o critério de progressividade das exigências, dando prazo para que as associações venham a se adequar, com metas progressivas.

Além disso, há grande dificuldade nos trâmites burocráticos da CONAB, visto que tem sido observado um descompasso entre o ritmo de aprovação das propostas e o ciclo de produção agrícola, que depende de cada cultura e das condições climáticas de cada época do ano. Em 2013, os agricultores decidiram entregar os alimentos, antecipadamente, para não perdê-los no campo e, por isso, depois não conseguiram cumprir a proposta enviada à CONAB. Tendo feito essa opção, os agricultores foram advertidos e tiveram suas propostas interrompidas após supervisão realizada pela CONAB, em 2014, que adotou neste processo postura de fiscalização e pressão junto às famílias agricultoras.

Vale salientar, ainda, a questão dos preços praticados, visto que o PAA estabelece o mercado atacadista como base, o que rebaixa o preço a ser pago, na maior parte dos casos. Por isso, é contraditório dizer que o PAA esteja executando modalidades de “compra direta”



da agricultura familiar. O grupo gestor do PAA (em Brasília) justifica alegando que esse mercado institucional serve para comercializar apenas a produção excedente, que não encontrou espaço em um mercado melhor. Assim, pode-se questionar se isso garante a oferta necessária e a qualidade dos alimentos, visando atender à população em situação de insegurança alimentar.

Quanto ao PNAE:

Foi no PNAE que se notou os maiores avanços. O processo da construção das Chamadas Públicas, junto com a Secretaria de Educação, vem dando certo. Esse processo envolve, de um lado, a negociação da variedade e da quantidade de alimentos que serão adquiridos pelo município, e de outro, o planejamento em conjunto da produção, com as associações rurais interessadas, para atender a demanda. No controle social do programa está o Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Entretanto, nota-se que há um espaço ainda não explorado pelos agricultores, referente aos produtos orgânicos e agroecológicos, que apresentam prioridade de aquisição e possibilidade de melhores preços. Também falta investir bem mais na educação nutricional nas escolas para reduzir certas rejeições das crianças, como ao pão caseiro, além de trabalhar os fundamentos do PNAE na formação básica.

A possibilidade de inserção no PNAE estadual instigou alguns agricultores do município a considerar a formação de uma Cooperativa da Agricultura Familiar. Inclusive ocorreram diversas reuniões e eventos de capacitação com esse propósito, porém, até o presente momento, a cooperativa não foi implantada.

Quanto à Feira:

Prestou-se assessoria na revisão e reformulação do regulamento (ainda não oficializado) da feira, procurando torná-lo mais adequado para melhor organizar e promover o desenvolvimento da feira. Além disso, mensalmente, é instalada uma tenda na feira para divulgar o projeto e prestar orientações sobre comercialização solidária e a importância da feira e dos programas PAA e PNAE, buscando despertar também nos consumidores a reflexão sobre economia solidária, controle social, agricultura familiar e agroecologia.

Resultados

A maior conquista, por meio do projeto, foi o fato do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre ter assumido, como legítimo representante dos agricultores familiares, o protagonismo no processo de comercialização solidária de alimentos, passando a fazer a elaboração e tramitação das propostas/projetos de comercialização no PAA e no PNAE, bem como a negociação dos termos das Chamadas Públicas/PNAE com a Secretaria Municipal de Educação. Além disso, essa questão da comercialização solidária de alimentos passou a fazer parte, muitas vezes, da pauta das reuniões mensais da Rede da Agricultura Familiar de Alegre, das quais participam representantes de várias associações rurais.

Acredita-se que os esforços do referido projeto tenham colaborado com o incremento no valor de aquisição da agricultura familiar, para atender ao PNAE, passando de 30,5% do valor repassado pelo FNDE, em 2013, para 105,7% em 2014 (com base no que consta nas Chamadas Públicas). Quanto à variedade, passou-se de 22 para 31 (40% mais) alimentos adquiridos. E foi ampliado o número de agricultores de Alegre participantes, passando de 14 para 33 (2,4 vezes mais).



Quanto à feira, não foi possível avançar porque a comissão dos feirantes, instituída pelo novo regulamento, não assumiu seu papel de compartilhar a gestão da feira com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O projeto tem contribuído na sensibilização e na mobilização dos agricultores familiares quanto aos mercados solidários praticados em Alegre, ressaltando-se que os ganhos ultrapassam a questão da renda propriamente dita, proporcionando também maior inserção social e estabilidade às famílias, o que pode ser positivo para a permanência destas no campo com a garantia de qualidade de vida. Há a expectativa de aprimoramento da feira, principalmente quanto à organização e infraestrutura, e existe um enorme potencial de inserção de mais agricultores e alimentos nos programas institucionais.

Apesar do potencial da feira, do PAA e do PNAE como linhas de ação em prol do desenvolvimento rural sustentável, é necessário que os agricultores familiares sejam protagonistas desse processo, mantendo a sua autonomia, de modo a garantir a sustentabilidade sociopolítica do mesmo.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES, pelo apoio financeiro (a partir de nov./2013), e à Pró-Reitoria de Extensão da UFES, pela concessão de uma bolsa de extensão.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, D. L. B.; MENEZES, C. S. **Educação alimentar na escola: em busca de uma vida saudável.** Monografia (Pedagogia) Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco-PE, 2010.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).** Brasília: IPEA, 2005. (Texto para Discussão nº 1149).

FAIRTRADE LABELLING ORGANIZATIONS INTERNATIONAL. **Documento explicativo sobre os critérios gerais de comércio justo para organizações de pequenos produtores.** [S.l], 2006. Disponível em: <http://www.fairtrade.net/uploads/media/Explan_Doc_Small_Farmers_Mar_2006_PT.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014, 13:20.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.34-41, set. 2001.

VON DER WEID, J. M.; Qual a estratégia para o desenvolvimento rural? In: **José Graziano da Silva, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil Rural precisa de um estratégia de Desenvolvimento.** Brasília: NEAD, 2001. Disponível em: http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_2.pdf. Acesso em 31 out. 2014, 17:00.